

Formação de agentes disseminadores do processo de educação ambiental para unidades de conservação, com ênfase no Parque Nacional da Serra da Canastra, Minas Gerais

Formation of disseminator agents of environmental education process for conservation areas with emphasis in National Park of Serra da Canastra State of Minas Gerais Brazil

RESUMO

O Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC), no sudeste mineiro, foi criado no início da década de 1970 e, desde então, tem sido palco de inúmeros conflitos entre o órgão gestor e os moradores das áreas de entorno. O presente trabalho relata a experiência decorrente do curso de capacitação e formação de condutores ambientais, voltado para jovens residentes na área, sob a ótica da educação ambiental, para atuarem nessa Unidade de Conservação (UC) como monitores dos visitantes. O objetivo do curso foi proporcionar a esses jovens uma oportunidade de aprendizado e compreensão da importância do patrimônio e inseri-los no mercado de trabalho. O curso se constituiu de atividades teórico-práticas desenvolvidas no município de São Roque de Minas e abrangeu alunos do ensino médio dos municípios mineiros de Vargem Bonita, São Roque e São José do Barreiro, localidades próximas ao portal de acesso do PNSC. Foi criado um *blog*, por meio do qual o educando contava com material de apoio e sanava dúvidas. O curso contou com a parceria entre a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade de Passos, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Hymenoptera Parasitoides da Região Sudeste do Brasil (INCT-HYMPAR Sudeste) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o que garantiu a elaboração de um certificado de conclusão e uma carteirinha para que os formandos atuassem na região do PNSC. Foram certificados quinze alunos, já existindo uma lista de espera para a formação de novas turmas.

Palavras-chave: Meio ambiente. Parques nacionais. Ecoturismo. Formação discente.

ABSTRACT

The National Park Serra da Canastra (NPSC), in Southeast of Minas

Bruno César Silva Matos

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Passos, Minas Gerais (brunocsmatos@gmail.com).

Marcos Paulo Silva Ferreira

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Passos, Minas Gerais (mpsilvaf@gmail.com).

Sônia Lúcia Modesto Zampieron

Pós-doutora em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, São Paulo; professora titular da Universidade do Estado de Minas Gerais (sonia.zampieron@gmail.com).

Gerais, Brazil, was created in the early 1970s and has been the scene of numerous conflicts between the managing body and residents of the surrounding areas. This work reports the experience of a training course and formation of environmental drivers to the young people living in the area, from the perspective of environmental education, to work in this Conservation Unit as monitors of the visitors. It aimed to provide an opportunity of learning and understanding the importance of the patrimony, and to insert them into the labor market. The project included a course consisting of theoretical and practical activities developed in the city of São Roque de Minas and included high school students from Vargem Bonita, São Roque and São José do Barreiro, State of Minas Gerais, Brazil, which are closer of the NPSC access portal. It was created a blog, through which the student had material of support and healed doubts. The course consisted of a partnership between the State University of Minas Gerais, Passos Unit, the National Institute of Science and Technology of the Hymenoptera Parasitoides of the Southeast Region of Brazil (INCT-HYMPAR Sudeste) and the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMbio), which ensured the development of a certificate of completion and a membership card for the trainees to act in the PNSC region. Fifteen students were certified, and there was a waiting list for the formation of new classes.

Keywords: Environment. National park. Ecotourism. Student formation.

INTRODUÇÃO

Embora a conservação da natureza seja o principal objetivo das Unidades de Conservação (UC), a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei nº 9.985/00) destaca, também, em seu Art. 4º, que essas áreas devem favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, a Lei estabelece o uso público em UC, um termo diretamente associado ao processo de visitação, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais

e culturais existentes nas áreas protegidas (BRASIL, 2005). Dentre as UC, com exceção das Estações Ecológicas e das Reservas Biológicas, todas são passíveis de visitação pública, desde que observadas as regras contidas em seus Planos de Manejo e de Uso Público (NASCIMENTO et al., 2016).

Em 2006, foi publicado o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (BRASIL, 2006), que objetivou justamente estabelecer diretrizes e normas para que a atividade fosse realizada de maneira adequada e compatível com a conservação da biodiversidade, um dos principais objetivos do SNUC. O documento sugere que, durante o planejamento e a gestão da visitação em UC, deve-se considerar o princípio de que

a visitação é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na Unidade de Conservação. (BRASIL, 2006).

Vallejo (2013) afirma que a difusão do uso público, principalmente através da visitação, pode trazer benefícios diretos e indiretos à sociedade, principalmente nas ordens pessoal, econômica, social e ambiental.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, experiências de ecoturismo de base comunitária estão dando seus primeiros passos em território nacional. Para que se consolidem como atividade econômica viável, dependem de políticas públicas que valorizem os conhecimentos, saberes e tradições das comunidades, e estimulem o empreendedorismo social no processo de transformação da rica sociobiodiversidade em produtos ecoturísticos com a “cara” do Brasil (BRASIL, 2011).

A promoção de cursos de capacitação de condutores ambientais locais, seu reconhecimento e sua regulamentação ainda são incipientes no Brasil. Contudo, essas ações apresentam perspectivas promissoras, especialmente quando se analisa o potencial ecoturístico e a biodiversidade do país (RIBAS; HICKENBICK, 2012). Segundo esses autores, as ações de capacitação em ecoturismo e formação de

condutores ambientais locais pelo Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo/Ministério do Meio Ambiente (PROECOTUR/MMA) iniciaram, efetivamente, em 2005. Entretanto, apenas em 2008 esses profissionais passaram a ser regulamentados em nível federal, por meio da Instrução Normativa 08/2008 do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a qual estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em UC federais por condutores de visitantes. A partir dessa Instrução Normativa (IN), órgãos públicos estaduais e municipais passaram a vislumbrar a possibilidade de regulamentar a atuação de condutores localmente. Tal normativa considera condutor de visitantes

a pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação. (ICMBIO, 2008).

Em outras palavras, esse condutor, preferencialmente, deve ser um integrante do entorno ou da localidade onde atua, um “nativo”, apresentando conhecimentos vivenciais do meio biológico e cultural do que interpreta, o que o difere dos demais sujeitos do “mercado” turístico (ICMBIO, 2008).

Na maioria das vezes, os chamados “condutores ambientais” são pessoas locais, que muitas vezes atuam como mateiros ou pescadores, por exemplo. Nesse sentido, sua área geográfica de atuação se restringe a um atrativo turístico natural específico – como uma UC (ou seu fragmento) ou mesmo um ecossistema local (RIBAS; HICKENBICK, 2012). Contudo, o envolvimento de jovens estudantes, residentes nessas áreas, pode ser um importante caminho no processo de conscientização dos habitantes de áreas de entorno do Parque Nacional, por exemplo, no sentido de envolvê-los e sensibilizá-los quanto à importância de se constituírem verdadeiros guardiões da

preservação local.

Para Silva, Higuchi e Farias (2015), um programa de educação ambiental (EA) em contextos não escolares, tanto quanto na escola, é um importante espaço para o processo das transformações psicossociais, que vão, inevitavelmente, desencadear comportamentos ambientais mais sustentáveis.

Os autores supracitados avaliaram o programa “Pequenos Guias do Bosque da Ciência”, do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (Lapsea) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que, durante quinze anos consecutivos, desenvolveu um programa de educação ambiental, cujo objetivo se fundamentou em uma perspectiva de emancipação social e transformadora, com vistas a identificar, problematizar e agir diante de questões socioambientais. Os resultados mostraram impressionantes aspectos de transformação psicossocial e de cidadania que ocorreu com esses participantes.

Afinal, como salientam Scheidemantel e Klein (2004), a extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Para Mendonça e Silva (2002), poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente se for pública. Ressaltam que uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras.

Embora os programas de EA possam ter diversas abordagens, incluindo a conservacionista ou a crítica-social, é a corrente crítica, também chamada de emancipatória, que está orientada para um processo permanente e coletivo de reflexão e ação, em que a ética e a sustentabilidade estão presentes para transformar a relação pessoa-ambiente (LOUREIRO, 2004). Nesse sentido, um programa de EA eficaz e eficiente deve ter como missão amadurecer o potencial do indivíduo como cidadão (HIGUCHI; ALVES; SACRAMENTO, 2009), uma vez que é no processo de aprendizagem que questões de

cidadania e responsabilidade social são fortalecidas.

Currie (1998), por sua vez, propõe a prática em EA por meio de eixos norteadores, que funcionam como um ponto de referência para o desenvolvimento dos trabalhos. A autora destaca que o primeiro eixo norteador é o papel do “eu” no ambiente, trabalhando as responsabilidades pessoais, desenvolvendo, posteriormente, a responsabilidade nos demais contextos da vida do sujeito, como família, comunidade, município, até atingir o meio ambiente do planeta Terra. Percebe-se, portanto, um aporte pedagógico que insere o sujeito como presente e protagonista das relações pessoa-ambiente, como uma unidade indissociável.

O processo de EA é, portanto, um momento importante para o aprendizado e a reavaliação de uma rede de significados, valores e conceitos sociais que permeiam nossas experiências ecológicas (REIGOTA, 2014).

Por outro lado, verifica-se a necessidade de uma educação ecológica do visitante em prol de uma nova significação do ambiente e de um novo referencial, e os condutores têm o papel de sensibilizá-lo para tornar padrões ecológicos e culturais identitários em padrões estéticos a serem respeitados ou mesmo almejados. Assim, uma vegetação aparentemente percebida pelo visitante como um “matagal” sem função, pode, então, ser ressignificada como uma vegetação de transição, com sua beleza própria, capaz de criar condições sem as quais um ecossistema em equilíbrio não poderia se estabelecer (REIGOTA, 2014). Isso, certamente, proporcionará àquele visitante a oportunidade de ter outro olhar e, sobretudo, sensibilizar-se, quanto à importância da integridade do local.

Entretanto, nem sempre aqueles que procuram o ecoturismo encontram pessoas habilitadas ou capacitadas a guiá-los para que o passeio turístico seja satisfatório, seguro e sustentável. Moreira e Bigarella (2008) afirmam que os condutores são de fundamental importância para o auxílio na interpretação do ambiente, sendo o elo entre a UC e o turista.

Com o turismo no Brasil aumentando a cada ano, as UC são destinos cada vez mais procurados. Porém, conforme salientam Senna, Adorno e Magalhaes (2008), as UC com grande potencial ecoturístico, antes de

tudo, devem ser avaliadas e controladas quanto ao uso e à exploração, uma vez que se sabe a fragilidade do ambiente, com relação aos seus componentes naturais, econômicos e socioculturais.

Campos (2005) destaca que o ecoturismo tem relação direta com o desenvolvimento sustentável, objetivando a preservação dos recursos naturais e culturais, com vistas a garantir a sustentabilidade da comunidade local onde ele é desenvolvido.

Castro (2014) ressalta que o turismo se apresenta como uma atividade econômica consumidora dos recursos naturais e, como qualquer outra atividade, também causa impactos negativos ao meio ambiente, quando não realizado de maneira planejada. O desafio, então, é fazer com que a atividade turística maximize seus efeitos positivos sobre o meio natural, tarefa esta que encontra na EA a principal aliada para fazer com que turistas, poder público e a comunidade em geral tenham sensibilidade e percepção ambiental necessária para fazer do turismo uma atividade que valorize o meio ambiente.

Nesse ensejo, priorizando a preservação das UC, Barbosa e Perinotto (2011) afirmam que os condutores ecológicos conscientizam os turistas e visitantes da importância da conservação ambiental. Com isso, levam os visitantes e/ou turistas a tomarem atitudes ecologicamente corretas e pensadas para não degradar o meio ambiente. Fortes e Fortes (2014) asseguram que para o turismo ecológico, faz-se necessária a presença do guia, condutor e/ou monitor. Freitas e Portuguese (2014) confirmam a importância de transformar a atividade turística na natureza e no meio rural em um valioso momento de convívio e aprendizagem e, nesse sentido, a EA se mostra importante e deve ser incorporada ao planejamento como um pressuposto básico para o sucesso da atividade.

Diante disso, o curso de formação objetivou levar ao jovem morador de municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra uma nova possibilidade de aprendizagem, trabalho e formação consciente, de modo que se tornem semeadores de práticas sustentáveis, e de exploração sem danos ao Parque, na qualidade de uma Unidade de Conservação Permanente que merece e precisa ser respeitada.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

Situado no sudoeste mineiro, o Parque Nacional da Serra da Canastra, também conhecido como PARNA Canastra, é uma Unidade de Conservação Permanente criada pelo Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972, com 200 mil hectares, sendo que, atualmente, 70 mil hectares estão regularizados, enquanto os 130 restantes ainda se encontram nas mãos de pequenos e médios produtores. O Parque é composto por uma rica biodiversidade, além de preservar várias nascentes como, por exemplo, a nascente histórica do Rio São Francisco – a Casca D’Anta. Seus paredões e sua variedade de trilhas e cachoeiras imprimem ao parque um grande charme e chamam muita atenção (ICMBIO, 2017).

O curso foi ministrado na Escola Estadual General Carneiro, situada no centro de cidade de São Roque de Minas, portal de entrada para o Parque. Trata-se de um município com cerca de 6.300 habitantes, e cuja economia se baseia na agropecuária e no turismo. Destaca-se por abrigar a maior parte do PNSC e suas principais atrações, como Casca D’Anta. Maior queda do Rio São Francisco, a cachoeira atinge 186m de queda livre (segunda maior de Minas Gerais e a sexta maior do Brasil).

Estratégia metodológica

O curso contou com atividades teóricas e práticas, divididas em cinco módulos distribuídos em dez aulas de quatro horas de duração cada. O conteúdo explorado nos módulos foi: Começando a entender a Educação Ambiental; Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável; Biodiversidade; Fauna e Flora Local; Cuidados com Trilhas e Cachoeiras; Técnicas de Condução de Visitantes e Localização.

A abordagem do público-alvo ocorreu a partir de contatos em escolas de ensino médio, nas cidades de Vargem Bonita, São Roque de Minas e no distrito de São José do Barreiro, localidades mais próximas do portal de acesso ao PNSC.

O curso buscou atrair, principalmente, jovens estudantes com idade

superior a 16 anos que estivessem cursando ou concluído o ensino médio, considerando-se que o curso poderia significar uma opção para o seu ingresso no mercado de trabalho.

Mediante autorização dos alunos participantes do curso, as aulas ocorreram quinzenalmente, aos sábados, em uma sala cedida pela direção da Escola Estadual General Carneiro, no centro de São Roque de Minas.

Todo o material didático, na forma de apostilas, foi elaborado pelos ministrantes do minicurso, acadêmicos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UEMG, Unidade de Passos, sob a supervisão da professora orientadora, a partir de pesquisas da bibliografia disponível na Sala Verde “Ambiente & Cidadania”, localizada no Centro de Ciências da instituição.

A cada encontro, os alunos recebiam parte da apostila elaborada, contendo os tópicos a serem explorados naquele dia. Também foi disponibilizado para os alunos, material de apoio distribuído pelo ICMBio, como cartilhas e pôlderes sobre o PNSC.

O curso foi constituído por aulas teóricas e práticas. As aulas de campo foram ministradas no próprio PNSC, onde os alunos puderam conhecer as principais trilhas, avaliar o grau de segurança e o cenário local, evidenciando, principalmente, a riqueza da flora e fauna.

Para facilitar o contato com os educandos foi criado um *blog*, por meio do qual os alunos acessavam o material de apoio baseado nos cinco módulos contidos nas apostilas, sanavam suas dúvidas e estreitavam o contato com os educadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram capacitados 15 estudantes com idades entre 16 e 25 anos, em sua maioria alunos do último ano do ensino médio, chancelados pela UEMG/Passos, pelo INCT-HYMPAR Sudeste e pelo ICMBio, que se propôs a cadastrar os concluintes do curso e conceder-lhes uma carteirinha oficial, como documento comprobatório da certificação e capacitação para esses jovens atuarem como guias turísticos dentro do PNSC ou em pousadas da região.

Como parte das exigências da parceria, além de uma carga horária de 40 horas teóricas e 32 horas de aulas de campo, os alunos contaram com um curso de primeiros socorros, resgate e combate a incêndios disponibilizado pelo Corpo de Bombeiros de Piumhi, Minas Gerais, também dentro da parceria do ICMBio com a UEMG/Passos (Figura 1).

Figura 1 – Curso de primeiros socorros promovido pela parceria ICMBIO e Corpo de Bombeiros de Piumhi, Minas Gerais.



Foto: Marcos P. S. Ferreira (2015).

Antes da aula prática no PNSC, a fim de identificar trilhas, tipos de vegetação, fauna local e as belezas cênicas da região, uma equipe composta dos alunos bolsistas, de um funcionário do ICMBio e do técnico do laboratório de Entomologia da UEMG/Passos fez o percurso da trilha que leva o turista da parte alta da cachoeira Casca D'anta (portal principal de acesso ao PNSC) até a parte baixa, identificada pelo ponto de queda e formação de piscina natural – o que é feito em, aproximadamente, três horas de caminhada – a fim de avaliar o nível de segurança e as condições do local. O percurso também foi importante para confirmar algumas espécies vegetais e a caracterização de algumas fitofisionomias comuns no Cerrado.

Asseguradas todas as condições do local, como as vestimentas apropriadas dos alunos, a aula prática, dentro do PNCS, ocorreu de forma tranquila e eles puderam compreender a importância de se ter um condutor de visitante dentro do Parque, os cuidados a serem

observados e o que destacar para o turista em relação às belezas cênicas locais e à biodiversidade. Prigol e Giannotti (2008) confirmam que as aulas práticas são de vital importância para o aprendizado dos alunos, pois permitem que eles questionem a teoria, tirando suas próprias conclusões, e visualizem o que viram nos livros didáticos.

Durante as aulas envolvendo o percurso em trilhas existentes no PNSC (Figura 2), os alunos puderam aprender a reconhecer e identificar algumas espécies vegetais típicas do Cerrado e exemplares da fauna endêmica local, além de reconhecerem as diferentes fitofisionomias que compõem o bioma.

Figura 2 – Alunos visitam o Parque Nacional da Serra da Canastra e suas cachoeiras.

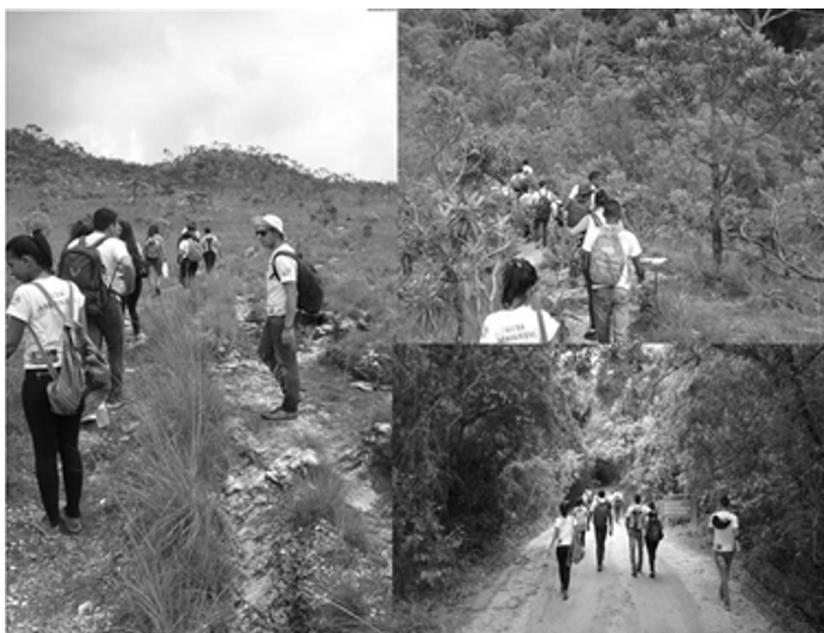


Foto: Bruno C. S. Matos (2015).

O curso foi finalizado em 21 de novembro de 2015, quando os concluintes receberam um certificado, chancelado pela UEMG/Passos e pelo INCT-HYMPAR Sudeste, graças a uma parceria desde 2008, na forma de suporte à realização de projetos.

Conforme mencionado, logo no início do curso foi criado um *blog*, com intuito de facilitar o diálogo entre educandos e educadores. Esse recurso ganhou dimensões não previstas quanto a acessos, visitas

e visualizações, fazendo com que fosse, além de instrumento de comunicação, um espaço de disseminação do processo de educação ambiental na rede de internet com os mais diversos temas, como: educação ambiental, sustentabilidade, ecoturismo, controle biológico, importância dos himenópteros parasitoides, Parque Nacional da Serra da Canastra, notícias sobre o minicurso, entre outros assuntos. Desse modo, toda essa carga de informações e conhecimentos tomou proporções não esperadas, com grande massa de visitantes e visualizações do Brasil e de países como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, dentre outros.

Rio e Mendes (2014) constataram que esse método de utilização de *blogs* possui inúmeras possibilidades de utilização na educação, podendo ser empregado tanto como fonte de pesquisa, como é o caso dos chamados *blogs* educativos ou educacionais, em que são disponibilizados conteúdos relacionados àqueles estudados em sala; ou ainda, como ambientes de apoio pedagógico, em que o professor disponibiliza materiais complementares às suas aulas, como textos, vídeos, entre outros.

Durante a realização do curso foram realizadas discussões em relação ao PNSC, nas quais os alunos responderam questionários que abordavam assuntos relacionados aos aspectos positivos/ negativos e benefícios da criação do Parque, como: turismo e fonte de renda sobre o parque e a percepção e o interesse da população, no que diz respeito ao PNSC.

O primeiro questionário respondido pelos alunos abordou os pontos negativos e positivos da criação do parque até os dias atuais. Dentre os pontos positivos citados pelos alunos do curso, destaque para: preservação do local, reconhecimento nacional e mundial da região, geração de renda com o turismo, preservação de espécies ameaçadas em extinção. Os pontos negativos citados por eles foram: a desapropriação feita pelo governo em 1972, os conflitos na região, a depredação do Parque como forma de retaliação por causa da desocupação (incêndios criminosos como forma de vingança), o débito para com as famílias desapropriadas e a queda da atividade pecuária na região.

Parece haver dificuldades permanentes na gestão e manutenção das UC de uso restrito criadas para a preservação dos recursos naturais

de ecossistemas exemplares. Uma delas, que adquire importância e visibilidade crescente, tem sido a relação com as populações humanas que ali vivem e viviam antes da apropriação da área pela União.

No caso das populações não tradicionais, majoritariamente com títulos de propriedade devidamente registrados em cartórios, o maior problema tem sido o do custo das desapropriações, inflacionado por manobras jurídicas e contábeis de uma já estabelecida “indústria de indenizações” (ARRUDA, 1999).

Questionados sobre a influência do PNSC para suas cidades de origem, os alunos ressaltaram a atividade turística, o artesanato e o queijo canastra como itens importantes para o crescimento e o desenvolvimento delas. Ainda, dentro dos questionamentos sobre as atividades no Parque, foram também levantados os pontos negativos e positivos em relação à atividade turística no local. Os pontos positivos mais citados foram: fonte de renda, geração de empregos, divulgação da cultura local e conservação da área (desde que a visita seja feita de forma sustentável). Conforme atestado por Fonseca (2012), os municípios que circunvizinham as UC ou os chamados “parques nacionais” – como é o caso de Delfinópolis, cidade do sudoeste mineiro que faz divisa com o PNSC – têm o turismo como atividade econômica impulsionadora no setor de serviços. Já os pontos negativos citados foram: a falta de comunicação dentro do Parque (falta de sinalização, profissionais habilitados), poluição, degradação e falta de condutores especializados.

Quanto questionados quanto ao interesse da população local pelo PNSC, os alunos afirmaram que os moradores locais não possuíam interesse sobre o espaço. Possivelmente, uma explicação para tal desinteresse em, ao menos, conhecer a UC com a qual se avizinham seja o fato da proximidade se constituir em um “lugar comum”. Além disso, seria impossível negar o impacto causado pela desapropriação de muitas terras que, na época, com certeza trouxe muitos dissabores e incertezas para os habitantes da região.

Através de uma avaliação sobre a qualidade do curso feita pelos próprios alunos, foi possível observar a boa aceitação entre os educandos. Todos os alunos (100%) concordaram que o curso foi ótimo e afirmaram ter tido suas expectativas alcançadas que, em sua

maioria, contemplava a inserção no mercado de trabalho local, tendo como principal fonte de renda o ecoturismo.

Os alunos também avaliaram a preparação dos ministrantes e o conteúdo didático do curso. Todos concordaram que o conteúdo foi de grande valia para sua atuação profissional como condutor de visitantes. Todos também classificaram como ótima a didática e o preparo dos ministrantes.

Sugestões de melhorias também foram abordadas. Uma delas é que o curso deveria conter mais aulas práticas, tendo sido comentado, inclusive, a possibilidade de ampliação do mesmo.

Vale ressaltar que uma das alunas concluintes do curso de formação de condutores ambientais foi, recentemente, contratada pelo Portal de Turismo pertencente à prefeitura de São Roque de Minas.

Além disso, a execução desse projeto de extensão universitária em uma área tão conflituosa, mas, ao mesmo tempo, tão importante, no que diz respeito ao patrimônio genético, ecológico, ambiental e social, forneceu aos autores a oportunidade de reproduzir um curso de formação em um ambiente diferente de sua realidade. Desta maneira os acadêmicos envolvidos conseguiram uma experiência que jamais conseguiriam dentro da sala de aula, como: a troca de experiências com os alunos participantes do curso, conhecimento abrangente em relação ao PNSC, percepção da problemática local e sua influência nos alunos, preparação de materiais para um curso específico e o relacionamento interpessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os objetivos propostos pelo curso foram plenamente alcançados, na medida em que foi proporcionada aos alunos a oportunidade de um contato mais estreito com a educação ambiental, gerando neles a consciência da importância de seu papel como disseminadores de boas práticas em relação ao ecoturismo no PNSC e como auxiliares de proprietários de pousadas ou propriedades rurais preocupados em investir em projetos que contemplem a sustentabilidade.

Também se constitui em grande relevância a possibilidade desses jovens atuarem junto a produtores rurais como agentes disseminadores das práticas ambientais sustentáveis e junto a proprietários das inúmeras pousadas locais, auxiliando-os na adequação às necessidades do ecoturismo.

Tornou-se evidente a necessidade de continuidade de ações dessa natureza, uma vez que elas garantem a sensibilização desses jovens para a área a ser preservada, ao mesmo tempo em que lhes concedem oportunidades de ingresso no mercado de trabalho como condutores ambientais, garantindo a permanência deles no local em que vivem e contribuindo para a elevação da consciência local quanto à importância do patrimônio a ser preservado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, Ano II, n. 5, p. 79-91, jul.-dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 out. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>.

BARBOSA, A. G. P.; PERINOTTO, A. R. C. Trilha ecológica do cavalo-marinho: ecoturismo em Barra Grande/PI. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 2, n. 1, p. 45-55, 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/389>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília, DF: MMA, 2009. 42 p.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90 p.

CAMPOS, A. M. N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 2005, 2005.

CASTRO, A. A Educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Belém, v. 3, n. 1, p. 77-86, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/81>>. Acesso em: 26 set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.17800/aos.v3i1.81>

CURRIE, K. L. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. Campinas: Papirus, 1998.

FONSECA, C. E. O município de Delfinópolis, MG, e o desenvolvimento do setor turístico no espaço geográfico. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 59-74, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16719>>. Acesso em: 14 set. 2015.

FORTES, P. J. ; FORTES, G. R. Estratégias empreendedoras em associações de condutores dos parques nacionais piauienses: propostas de educação ambiental e responsabilidade socioambiental. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 337-353, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/83793>>. Acesso em: 10 set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i2p337-353>.

FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P. Uso, ocupação do espaço e perspectivas de desenvolvimento do turismo ecorrural na bacia hidrográfica do ribeirão São Vicente, Ituiutaba, MG. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 330-361, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22995>>. Acesso em: 10 out. 2015.

HIGUCHI, M. I. G.; ALVES, H. H. S. C.; SACRAMENTO, L. C. A arte no processo educativo de cuidado pessoal e ambiental. **Currículo sem Fronteiras**, Porto, v. 9, n. 1, p. 231-250, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/higuchi-alves-sacramento.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2014.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Instrução normativa nº 08, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v. 1, n. 0, p. 13-70, nov. 2004. Disponível em: <http://www.academia.edu/9675257/Educacao_como_processo_na_construcao_da_cidadania_ambiental>. Acesso em: 23 maio 2015.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P. Extensão universitária: uma nova relação com a administração pública. In: CALDERÓN, A. I.; SAMPAIO, H. (Org.) **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo: Olho d'água, 2002. p. 29-44.

MOREIRA, J. C.; BIGARELLA, J. J. Interpretação ambiental e geoturismo em Fernando de Noronha-PE. In: CASTILHO, C. J. M. de; VIEGAS, J. **Turismo e práticas socioespaciais: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades**. Recife: Editora da UFPE, 2008. p. 171-192.

NASCIMENTO, C. A. et al. A regulamentação da atividade de condução de visitantes nos sistemas estaduais de unidades de conservação do Brasil. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 516-532, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n3/pt_1982-6125-rbtur-10-03-00516.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i3.1133>

PRIGOL, S.; GIANNOTTI, S. M. A importância da utilização de práticas no processo de ensino-aprendizagem de ciências naturais enfocando a morfologia da flor. SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., SEMANA DE PEDAGOGIA, 20., 2008, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Editora da Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/artigo%2033.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

REIGOTA, M. A. S. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2014. (Coleção Primeiros Passos).

RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de condutores ambientais locais e de cursos de capacitação no ecodesenvolvimento turístico e as expectativas sociais no sul do Brasil. **Turismo em Análise**,

São Paulo, v. 23, n. 1, p. 143-165, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52415>>. Acesso em: 10 set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p143-165>.

RIOS, G. A.; MENDES, E. G. Uso de blogs na educação: breve panorama da produção científica brasileira na última década. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 160-174, 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/746>>. Acesso em: 20 set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.14244/19827199746>.

SCHEIDEMANTEL, S. E; KLEIN, R. A importância da extensão universitária: o Projeto Construir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SENNA, M. L. G. S. de; ADORNO, L. F. M.; MAGALHÃES, H. G. Percepção ambiental e ecoturismo: estudo de caso com condutores de turismo e turistas na região do Jalapão/TO. **OLAM: Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 218-244, jan./jun.2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12082285-Percepcao-ambiental-e-ecoturismo-estudo-de-caso-com-condutores-de-turismo-e-turistas-na-regiao-do-jalapao-to.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SILVA, W. G. da; HIGUCHI, M. I. G.; FARIAS, M. S. M. de. Environmental education in psychosocial training of young people. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1031-1047, dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400015>. Acesso em: 26 set. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040015>

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Anais Uso Público em Unidades de Conservação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

Submetido em 3 de janeiro de 2017.

Aprovado em 21 de abril de 2017.